

A CERÂMICA “NEO-BRASILEIRA” NAS TERRAS PAULISTAS: UM ESTUDO SOBRE AS POSSIBILIDADES DE IDENTIFICAÇÃO CULTURAL ATRAVÉS DOS VESTÍGIOS MATERIAIS NA VILA DE JUNDIAÍ DO SÉCULO XVIII

Walter Fagundes Morales*

MORALES, W.F. A cerâmica “neo-brasileira” nas terras paulistas: um estudo sobre as possibilidades de identificação cultural através dos vestígios materiais na vila de Jundiá do século XVIII. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 11: 165-187, 2001.

RESUMO: Este artigo tem como objetivo apresentar alguns dos resultados obtidos na dissertação de mestrado “A escravidão esquecida: a administração indígena em Jundiá durante o século XVIII”. Em especial, aqueles que se referem às possibilidades interpretativas oferecidas pela chamada cerâmica “neo-brasileira” no contexto das terras Paulistas do período colonial.

UNITERMOS: Arqueologia-histórica – São Paulo Colonial – Administração Indígena – Escravidão Africana – Interação Cultural – Identidade Étnica – Cerâmica – “Cerâmica Neo-brasileira”.

Introdução

“A escravidão esquecida: a administração indígena em Jundiá durante o século XVIII” (Morales 2000) foi uma pesquisa de mestrado que procurou demonstrar a presença e inserção social de uma população indígena utilizada como mão-de-obra escrava na vila de Jundiá até as últimas décadas do século XVIII, através de dados de natureza distinta. Um conjunto de informações foi extraído de fontes textuais primárias, como os documentos manuscritos do século XVIII, até agora inéditos, onde foram registrados os casamentos (Livro de Casamentos)¹ e mortes (Livro de

Óbitos)² dos índios e negros ocorridos na Matriz da “Villa da Nossa Senhora do Desterro de Jundiah”.³ Os registros⁴ destes manuscritos são diferentes em sua composição, pois

(2) Pertencente ao acervo do Museu Histórico e Cultural de Jundiá.

(3) Jundiá corresponde a um dos núcleos coloniais mais antigos da capitania de São Vicente, com o povoado sendo elevado a vila em 1655. Seu povoamento ocorreu nas primeiras décadas do século XVII devido à procura por novas terras para o plantio e a necessidade da máxima aproximação da mão-de-obra principal do período: as aldeias indígenas.

(4) As anotações manuscritas existentes no “Livro de Óbitos” referem-se aos 1271 óbitos ocorridos entre os anos 1744 e 1787, enquanto o “Livro de Casamentos” remete as 204 uniões realizadas perante a Igreja entre 1739 e 1777. De uma maneira geral, cada um dos registros destes documentos tem informações sobre a condição social dos cativos, sua idade, origem étnica, relações de parentesco, local de residência, nome dos proprietários etc.

(*) Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. Pós-graduação em Arqueologia, Doutorado.

(1) Pertencente ao Arquivo da Cúria de Jundiá.

tratam de acontecimentos distintos da vida social. Entretanto, no que diz respeito aos estudos de demografia histórica, são complementares, já que cada um deles, a sua maneira, auxilia a entender aspectos da composição social, étnica e cultural da região de Jundiá. A transcrição de ambos os documentos, com a inserção de seus registros em um banco de dados informatizado, possibilitou análises e acesso a um volume considerável de informações inéditas sobre um período histórico escasso em documentos originais.

O outro conjunto de dados foi de natureza essencialmente arqueológica. Trata-se dos fragmentos cerâmicos provenientes de diversos sítios arqueológicos localizados em fundos de vale e pequenos platôs nas cercanias da serra do Japi e na bacia do rio Jundiá-Mirim, exatamente onde as fontes documentais registram a implantação de várias fazendas e roças no período em questão.

O direcionamento dos trabalhos de prospecção arqueológica baseou-se na pesquisa das transcrições do Arquivo do Estado publicadas na coleção “Documentos Interessantes para a História e os Costumes de São Paulo”, no “Repertório das Sesmarias Concedidas pelos Capitães da Capitania de São Paulo desde 1721 até 1821” e na série “Inventários e testamentos”. Somada a estas publicações, foi realizada também uma busca completa na cartografia histórica referente a Jundiá, depositada no Museu Histórico e Cultural desta cidade,⁵ a fim de obter informações sobre a toponímia de locais, caminhos e acidentes geográficos que tiveram seus nomes alterados nos mapas atuais, mas que são amplamente empregados nos documentos coloniais. Por último, foram acrescentadas as informações obtidas com a transcrição do Livro de Óbitos, onde estão anotados o local de residência dos cativos, e

(5) Os mapas são: 1) Força Pública do Estado de São Paulo, folha de Jundiáhy (Norte nº 46 a₁ e a₂), 1932; 2) da Comissão Geographica e Geologica do Estado de São Paulo, folha Jundiáhy, 1925; 3) Planta de parte da linha divisória dos municípios de Jundiáhy e Itatiba, 1924; 4) Planta do Encanamento Geral – Estudo para o abastecimento d’água de Jundiáhy, 1893.

o recenseamento da vila de Jundiá realizado em 1767.⁶

O levantamento intensivo e sistemático dessas fontes escritas ofereceu referências, mesmo que pontuais e esparsas, sobre os locais das diversas sesmarias doadas na região ou dos antigos bairros rurais. A partir dessas informações documentais esboçamos um mapa com a implantação aproximada desses sítios durante o período colonial, que serviu como definidor das áreas onde realizar-se-iam os primeiros trabalhos de campo – as prospecções.⁷ Identificados os sítios,⁸ procedemos à escolha daqueles mais adequados a intervenções arqueológicas – abertura de poços-testes, sondagens, trincheiras e coleta sistemática de material em superfície – que evidenciaram, em sua maior parte, material cerâmico, objeto de análise deste trabalho.

A cerâmica coletada nestes locais, em especial a indústria cerâmica do sítio Russo,⁹ apresentou características técnicas e decorativas similares às empregadas pelos grupos portadores de cerâmica Tupiguarani anteriores à chegada dos portugueses, embora agregadas a elementos europeus e africanos como

(6) As informações destas últimas duas fontes, apesar de bastante genéricas, já que somente indicam os bairros da vila, serviram para inferir a densidade aproximada de ocupação dos antigos bairros rurais.

(7) As prospecções aplicadas à serra do Japi desenvolveram-se em dois eixos principais, ambos trilhas de grande circulação de pessoas e mercadorias no passado. O primeiro deles corresponde ao antigo caminho de ligação entre a vila de Jundiá, as barrancas do Tietê e a vila de Itu, onde atualmente passa a rodovia Mal. Rondon. O segundo eixo, que quase não é mais utilizado nos dias de hoje, até décadas atrás servia como elo de ligação entre Jundiá, Santana do Parnaíba e São Paulo.

(8) Durante os trabalhos de prospecção arqueológica foram localizados um total de dez sítios relacionados ao período histórico.

(9) O sítio Russo foi escolhido como unidade de análise preferencial devido à existência de documentos escritos que indicam a implantação de diversas sesmarias na região no final do século XVII e início do XVIII, a significativa quantidade de vestígios diagnósticos do material produzido ou utilizado em Jundiá no período em questão, e o razoável estado de conservação desse sítio.

pegadores, alças e gargalos.¹⁰ Esta sobreposição de estilos indica a permanência, nas fazendas, de pessoas que manufaturavam vasilhas cerâmicas conforme padrões tradicionais indígenas e que, somados aos novos elementos, deram origem a uma cerâmica cabocla, genericamente denominada como “tradição neo-brasileira”¹¹ (Chymz 1976: 145).

O estudo integrado dos aspectos tecnológicos, decorativos e morfológicos¹² desse material, com a possibilidade de análise estrutural dos elementos que compõem os artefatos cerâmicos (Shepard 1976, Deane 1985, Rye 1988, Rice 1988, Price 1988, Arnold 1989, Sinopoli 1991), aliado à mediação de parâmetros temporais, culturais e demográficos que as fontes históricas proporcionam (Marcílio 1977, Henry 1977), serviram como uma excelente oportunidade para diagnosticar as alterações sofridas, em um

certo segmento da cultura material, produzida no período colonial.

Resultado de um somatório de elementos provenientes do contato de três segmentos distintos – indígena, africano e europeu –, o material cerâmico analisado reflete a interação cultural que a situação de cativo, imposta pelos europeus aos indígenas e africanos, acabou por produzir. A identificação das alterações sofridas pela cerâmica neste período e as informações presentes no conjunto de dados históricos, demonstram a existência de uma rede de sociabilidade e miscigenação que, a partir de meados do século XVIII, descaracteriza os segmentos indígenas como mão-de-obra escrava. Os trabalhos forçados passam a ser cada vez mais atribuídos aos indivíduos de origem e ascendência africana e os indígenas e seus descendentes passam a ocupar os estratos mais baixos, porém livres, da sociedade paulista colonial.

(10) Durante os trabalhos de campo foram coletadas duas amostras de cerâmica e sedimento datadas por termoluminescência no “Laboratório de Vidros e Datação” da FATEC/SP, com o resultado final praticamente igual, respectivamente, 290 e 300 anos antes do presente. Essas duas datas confirmam que a ocupação do sítio Russo ocorreu entre o final do século XVII e início do XVIII. Se estendermos a margem de erro das amostras ao máximo, ou seja 20 anos a mais ou a menos, podemos perceber que a ocupação histórica se deu entre 1680 e 1730. Assim, os resultados obtidos através da datação cerâmica permitem trabalhar sincrônico e contextual as evidências materiais e as informações provenientes das fontes documentais primárias.

(11) Entendida e analisada de um modo geral como “uma tradição cultural caracterizada pela cerâmica confeccionada por grupos familiares, neobrasileiros ou caboclos, para uso doméstico, com técnicas indígenas e de outras procedências, onde são diagnosticadas as decorações: corrugada, escovada, incisa, aplicada, digitada, roletada, bem como asas, bases planas em pedestal, cachimbos angulares, discos perfurados de cerâmica e pederneiras”.

(12) Os atributos analisados em cada um dos fragmentos de paredes, bases, bordas e apêndices foram: técnicas de manufatura, tratamento de superfície, tipo de decoração, tipo e tamanho de antiplástico, espessura da parede e tipo de queima. Em seguida realizamos a reconstituição da forma dos recipientes a partir da inclinação (ângulo) e diâmetro dos fragmentos das bordas e bases, com o intuito de definir a existência de categorias baseadas no seu formato.

As condições de contato na sociedade colonial

Desde cedo, qualquer estudante aprende que a formação do Brasil contemporâneo se deve ao encontro da raça branca, índia e negra (Freyre 1930). Contudo, essa afirmação, em vez de oferecer a dimensão da pluralidade étnica do povo brasileiro, acaba por esconder a verdadeira diversidade existente entre nós. Não se pode reduzir centenas de grupos étnicos, tanto os autóctones quanto os vindos e os trazidos de fora, a somente três categorias – dos “brancos”, dos “índios” e os dos “negros”. Essa redução favorece a idéia de que os componentes de cada um destes grupos compartilhariam a mesma língua, cultura, organização social, religião etc., ou seja, apresentariam poucas diferenças internas.

Mas a realidade está bem longe disso. As variações internas entre os chamados “índios” e “negros” é enorme, assim como as diferenças entre os “brancos”. Apenas na vila de Jundiá do século XVIII foi possível constatar, a partir do manuscrito “Livro de Óbitos de escravos”, pelo menos quatro denominações para os indígenas – Carijó, Kayapó, Pareci e Bororo –

e três para os africanos – os da Guiné, Congo e Benguela. Estas definições costumam ser genéricas e por isso escondem sua especificidade étnica, porque costumam ser nomes dados por outros grupos e/ou pessoas externos a eles, dificilmente tratando-se de autodenominações.

Os chamados Carijó, termo amplo que englobava uma série de grupos falantes de línguas Tupi-Guarani, eram os cativos preferenciais dos colonos paulistas desde os primeiros tempos do século XVII (Schaden 1954). Essa preferência se dava por vários fatores: moravam em aldeias numerosas, falavam a mesma língua, estavam acostumados aos trabalhos agrícolas e ocupavam territórios relativamente próximos e de fácil acesso a incursões de aprisionamento – o interior paulista e as porções mais ao sul da província de São Paulo, em áreas conhecidas como “sertão dos carijós” e “sertão dos patos” (Monteiro 1994).

Da mesma forma que os Carijó, os Kayapó trazidos para a vila de Jundiá não representam um grupo específico e sim, um termo geral para os falantes da família lingüística Jê. Estes grupos ocupavam uma vasta região que vai do noroeste de São Paulo até o norte de Goiás (Turner 1992), e não eram vistos como bons trabalhadores devido a sua belicosidade e a dificuldade em adaptá-los ao trabalho agrícola (Neme 1969). Eram considerados por isso um obstáculo e acabaram sendo envolvidos nas chamadas guerras justas e combatidos impiedosamente (Atáides 1998).

As duas únicas referências isoladas ao apresamento dos Pareci e Bororo, habitantes de territórios mais afastados, em áreas dos chapadões de Mato Grosso, no planalto central, são indicativas das grandes distâncias que as incursões percorriam em busca de um fluxo contínuo de cativos para mover a economia paulista e, neste caso, parecem estar mais relacionadas aos grupos étnicos de origem dessas pessoas.

Quanto à identificação dos africanos capturados, a questão é ainda mais difícil de resolver, pois esbarra na falta de registros nos documentos de época que, quando muito, têm apenas a sua procedência, já que um escravo não passava de uma mercadoria ou uma

“peça” – como era mais comumente chamado, que deveria ser capturada e vendida para quem oferecesse melhor preço (Schwarcz 1996).

Desta forma, algumas das designações encontradas nos registros documentais, como “peça do gentio da guiné” ou “preto da nação banguela”, somente fazem referência ao porto de saída na costa africana (Ramos 1943) – e esse é o indicador aproximado da origem de alguns dos indivíduos africanos trazidos durante os mais de 300 anos que o tráfico negreiro foi praticado no Brasil (Schwartz 1995).

Segundo Nina Rodrigues (1932) e Artur Ramos (1934), dentre os vários milhares de escravos importados, dois grupos destacavam-se numericamente: aqueles de língua banto e os sudaneses. No século XVI, os escravos vinham predominantemente da região da Senegâmbia, também conhecida como Guiné, e das feitorias de São Tomé e Cabo Verde, e eram os grupos sudaneses Manjaca, Balanta, Bijago, Mandinga e Jalofo. No século XVII, expande-se a oferta de negros ao tráfico nas porções equatorial e central do continente africano, no porto de Mpinga, e na região ao sul do rio Dande (Angola), sem, contudo, cessar o comércio com outras áreas. Durante o século XVIII, ocorre uma retomada na captura dos escravos sudaneses na costa da Guiné e na costa da Mina e inicia-se a captura de escravos em direção à baía de Benin, de onde vieram os Iorubá, Jeje, Nagô, Tapa e Haussá (Verger 1987). Posteriormente, entrando no século XIX, esta captura estende-se até Moçambique, na costa oriental da África (Law 1991).

Os africanos trazidos para a região de São Paulo no final do século XVIII e início do XIX eram, em sua grande maioria, Banto de “Angola” saídos dos portos de Luanda e Benguela (Slenes 1991-1992). Os Banto, ou Bantu, correspondem às populações que ocupam a parte meridional da África, possuindo uma origem lingüística comum (Oliver 1966), mas apresentando uma grande diversidade de valores e costumes (Lopes 1988).

Enfim, havia uma variedade de grupos étnicos dessas terras e de outras que compunham uma complexa multiplicidade de histórias, culturas e condições sociais e jurídicas que

influíam diretamente, e de diversas maneiras, em seu grau de inserção na sociedade colonial e nos modos de entender sua própria situação (Faria 1998). Darcy Ribeiro (1995:131) traçou o resultado final dessa situação:

“O brasíndio como o afro-brasileiro existiam numa terra de ninguém, etnicamente falando, e é a partir dessa carência essencial, para livrar-se da ningüedade de não-índios, não-europeus e não-negros, que eles se vêem forçados a criar a sua própria identidade étnica: a brasileira”.

Essa “brasilidade”, no entanto, estava longe de se concretizar durante o transcorrer do século XVIII. Pode-se dizer que estava em andamento e a inserção dos africanos e índios na sociedade colonial se processava de maneira bastante desigual. Ela dependia da região e época, uma vez que a oferta, a necessidade e os tipos de cativos empregados não foram uniformes dentro da colônia ao longo do tempo. Sabe-se, por exemplo, que em áreas responsáveis por grande produção de açúcar para exportação, como Bahia e Pernambuco (Schwartz 1996), os africanos tiveram uma participação fundamental desde muito cedo, a partir da metade do século XVI, e que as Minas Gerais receberam um grande contingente de escravos africanos para a mineração no final do século XVII (Souza 1999). Nas terras paulistas, a importação africana em larga escala aconteceu apenas a partir das derradeiras décadas do século XVIII, período em que a cana-de-açúcar, e logo em seguida o café, alavancaram a economia paulista definitivamente (Marcílio 1974, Linhares & Silva 1981).

Sobre o cativo indígena e sua inserção na sociedade colonial ainda pouco se sabe. Na maior parte das vezes, a historiografia tradicional prioriza o papel e a presença do negro como mão-de-obra, restringindo o emprego dos indígenas às etapas iniciais da colonização (Furtado 1989, Fausto 1999). Entretanto, recentes trabalhos desenvolvidos por John Monteiro (1988, 1989, 1992, 1994) têm dado novos contornos a esta situação.

Através de extenso levantamento cartorial, Monteiro demonstra a presença do cativo indígena em São Paulo durante todo o século XVII e modifica a tradicional visão da capitania apenas como centro de apresamento e posteri-

or distribuição dos cativos para os engenhos do litoral (Furtado 1989, Prado Jr. 1953). Aquele autor enfatiza que a principal função das expedições residia na reprodução física da força de trabalho e que São Paulo era tanto fornecedora como consumidora de cativos, mobilizando expressivos contingentes indígenas que influenciaram sua formação.

Através da análise de dados históricos e arqueológicos, procuramos ampliar este quadro para o século seguinte e demonstrar que a presença indígena na “Villa de Nossa Senhora do Desterro de Jundiáhy” perdurou até pelo menos meados do século XVIII.

Índios e africanos: culturas em transformação

A situação de contato imposta a diversas etnias cativas causou um profundo impacto não só na sociedade colonial, que as absorveu, como na totalidade das esferas socio-culturais das sociedades indígenas e africanas (Wolf 1982, Beauregard 1994). No entanto, acreditar que estas comunidades tiveram sua cultura simplesmente eliminada, com a incorporação automática de novas normas e regras (Rubertone 1994), indica desconhecer a capacidade de reformulação e transformação de padrões culturais (Geertz 1973, Shalins 1976). Claro que é difícil que uma cultura seja transportada de sua base de origem para novos contextos e continue mantendo as mesmas características (Cohen 1969). Uma situação nova exige a reformulação das características internas e dos modelos e símbolos culturais ancestrais para que se adaptem às novas realidades e significados absorvidos (Durham 1977, Cunha 1985). Assim, alguns valores são mantidos, outros transformados ou substituídos, sem que isso elimine a possibilidade de existência de uma identidade comum ou de continuidade cultural desses grupos (Balandier 1963, Thomas 1996).

Segundo Barth (1969), a própria identidade de um grupo é mutável. Ela depende de como os indivíduos situam-se a si próprios e aos outros, dentro de categorias formuladas a partir de uma origem ou elementos culturais comuns. Esse discernimento cria grupos, os

grupos étnicos, que têm o poder de definir quem está dentro ou fora dele. Mas não basta somente a auto-identificação dos seus componentes (Drummond 1981). É necessário que outros grupos aceitem essas diferenças, definindo categorias relacionais, dicotomizadas, onde “Nós” contrapõe-se a “Outros” (Todorov 1988, Novaes 1993). Dessa relação nascem e são construídas as diferenças, quer sejam elas reais, imaginárias ou até impostas (Balibar & Wallerstein 1988, León 1992, Brandão 1986).

Era assim que se davam as relações sociais nas terras Paulistas. Havia uma classe econômica e política dominante que tinha o poder de nomear e dividir a população em função da sua origem racial – branca, negra ou indígena – e, a partir daí, definir sua condição de homens livres, libertos, alforriados, administrados ou escravizados.

As etnias africanas foram reduzidas a escravos, com condição jurídica e social bem definidas dentro da colônia (Mattoso 1990). Esta redução também foi feita às etnias indígenas, mas, apesar de estabelecida, sua condição não era tão clara juridicamente. Primeiro, devido às flutuações da legislação indigenista (Thomas 1981; Cunha 1992a, 1992b; Perrone-Moisés 1992; Hansen 1998) e, segundo, socialmente, devido à dificuldade de reconhecer quem era ou não branco, já que as características fenotípicas indígenas estavam bastante misturadas às dos “brancos”. Essa situação correspondia a um interesse da coroa em integrar esses segmentos à sociedade, como pode-se perceber pelo alvará de 4 de abril de 1775, no qual o rei de Portugal declara (citado de Souza Filho 1994:158):

“Eu El-Rei, sou servido declarar que os meus vassallos deste reino e da América que casarem com as índias dela não ficam com infâmia alguma, antes se farão dignos de real atenção. Outrossim proíbo que os ditos meus vassallos casados com índias ou seus descendentes, sejam tratados com o nome de caboclos ou outro semelhante que possa ser injurioso. O mesmo se praticará com portuguesas que se casarem com índios”.

Esse quadro propiciava aos indígenas uma maior mobilidade social que aos africanos, embora fosse possível a ambos os grupos ascender social e juridicamente dentro da

colônia. Escravos (africanos), administrados¹³ (indígenas) ou seus descendentes, poderiam ascender a uma melhor condição jurídica como alforriados ou libertos. Sua ascensão social era, no entanto, ainda mais difícil que a jurídica, havendo outras categorias qualitativas e bem mais sutis para classificar os estratos mais baixos da população colonial (Mattos 1998). Dentro da escravaria conviviam, por exemplo, os “crioulos” (filhos de africanos nascidos no Brasil), “mulattos” (filhos de branco e negra), africanos recém-chegados e que ainda falavam apenas sua língua nativa (“boçais”), “ladinos”, que eram os escravos trazidos há mais tempo, os “cayapó vindo do sertão”¹⁴ e até índios aldeados.¹⁵

Todas essas macro-divisões eram exógenas, isto é, impostas de fora para dentro. Para um viajante europeu recém-chegado das metrópoles, estas categorias seriam claras e funcionais para definir e identificar a situação, pelo menos a grosso modo, de qualquer componente da colônia de imediato.

Os componentes dessas categorias também sabiam seu lugar e porque faziam parte delas. Um africano ou indígena, por força da dominação, sabia a que grupo social pertencia, mesmo que à sua revelia, porque estava compulsoriamente inserido nele. Só que também se reconheciam enquanto grupo étnico e criavam suas próprias diferenças internas. Um negro da “nação” Benguela sabia das suas diferenças culturais e linguísticas com os negros da Guiné, tanto quanto um índio Bororo em relação ao Pareci.

Esse contato entre padrões culturais, étnicos e condições sociais e/ou jurídicas diversas presenciou ações de dominação, resistência e assimilação diferenciadas, que acabaram por gerar articulações e soluções novas para lidar com as necessidades impos-

(13) Como os indígenas, pelas leis da Coroa somente podiam ser escravizados em situações específicas (como as guerras justas), evitava-se utilizar na documentação de época a palavra “escravo”, empregando-se o termo “administrado” para registrar os indivíduos de origem indígena.

(14) Livro de Óbitos – 28/4/1767.

(15) O Livro de Óbitos revela o falecimento em Jundiá de índios aldeados de Barueri e São Miguel.

tas (Slenes 1991-1992). Nada mais natural, já que as pessoas, quer individualmente ou em grupos, são agentes ativos na elaboração da ordem social e não apenas reprodutores dessa situação.

A estratégia dos segmentos indígenas incorporados à sociedade colonial para buscar melhores condições jurídicas e/ou sociais passava ora pela afirmação de sua origem étnica, ora pela sua negação. Em alguns momentos, era oportuno reivindicar uma origem indígena para garantir sua liberdade, empregando inclusive a justiça para assegurar esse direito, como revela John Monteiro (1994: 214). Entre os vários exemplos documentais arrolados por este autor, temos um processo na própria vila de Jundiá, em que Rosa Dias Moreira vai contra seu proprietário, Francisco Xavier de Almeida, declarando que seu cativo não poderia ocorrer devido a ser ela “descendente de carijós”.

Por outro lado, alguns descendentes de grupos indígenas procuravam desvincular-se de sua origem indígena, aproveitando-se da dificuldade existente em caracterizar quem era ou não índio. Essa possibilidade acontecia porque existiam pessoas encarregadas de decidir quem poderia ou não ser considerado administrado diante de instituições como a Igreja ou o Estado e que realizavam avaliação ancorada em critérios na maior parte das vezes subjetivos, como traços fenotípicos e características culturais. As características físicas que influenciavam este julgamento não podiam ser determinantes, já que, até o início do século XIX, boa parte dos paulistas possuía fortes traços fenotípicos indígenas, resultado de mais de 200 anos de contato. Uma vez incorporadas aos estratos livres da sociedade colonial, mesmo que sua condição jurídica ainda as determinasse administradas, essas pessoas deixariam de ser vistas exclusivamente por suas características raciais, embora ainda fossem classificadas por parâmetros socioeconômicos. Desta forma, se alguns dos filhos dos inúmeros Carijó trazidos do sertão, pardos ou bastardos, quisessem melhorar sua condição social, deveriam fazer o possível para negar, pelo menos em certos aspectos e diante de determinadas pessoas, traços que os relacionassem à sua ascendência indígena. A

solução para isso ocorrer seria apropriar-se de sinais e elementos daqueles que eram considerados “brancos” pela sociedade.

As possibilidades de ascensão eram ainda mais difíceis e limitadas para os negros africanos, já que a cor da sua pele representava um entrave de difícil superação (Chalholb 1990). A situação de escravidão legal em que estavam inseridos era indiscutível e, por mais que quisessem ou de fato estivessem incorporados à sociedade colonial, seus traços físicos permitiam a identificação da sua origem de imediato e, conseqüentemente, de sua condição de escravo ou descendente de escravo (Reis & Silva 1989). Assim, as estratégias de resistência tomavam percursos além do modelo clássico de submissão, fuga e revolta (Carneiro 1947, Moura 1981), como, por exemplo, o relacionamento afetivo que havia entre as mulheres negras e seus senhores, para que estas conseguissem a alforria de si e dos filhos mestiços que resultassem dessas uniões (Paiva 1995, Mattos 1998).

Contudo, independentemente das necessidades, transformações e estratégias adotadas, uma série de hábitos, costumes e outros atributos culturais de origem indígena ou africana, de forma consciente ou não, continuaram atrelados ao passado desses indivíduos. As diferentes tecnologias, morfologias e estilos presentes na indústria cerâmica do sítio Russo refletem esta situação. Da mesma forma que apresentam a manutenção de certas características, trazem grandes transformações, resultado do contato entre os vários grupos e/ou pessoas de diferentes origens étnicas na sociedade colonial do período.

Não é, no entanto, possível para a Arqueologia resgatar toda a complexidade cultural que produziu a cultura material estudada. A análise arqueológica não pode ultrapassar os seus dados e estes não nos permitem fazer identificações étnicas. Mesmo que através das fontes históricas tenha sido possível resgatar parte da diversidade cultural presente entre as diferentes etnias que formaram a sociedade colonial jundiáense, enriquecendo o seu quadro de ocupação, a identidade étnica é uma questão essencialmente política e suas fronteiras podem aparecer, desaparecer ou se modificar, dependendo do momento (Jones

1997). Não existe, necessariamente, correspondência direta entre etnia e cultura material (Dietler & Herbich 1994). Várias etnias podem produzir e/ou utilizar tipos cerâmicos semelhantes, da mesma forma que uma única etnia pode produzir e/ou utilizar diferentes tipos de artefatos. Então, preferimos falar da existência de identidade cultural através de uma série de elementos tradicionalmente indígenas presentes nos artefatos cerâmicos. Neste caso, mais especificamente, naqueles relacionados aos grupos portadores de cerâmica Tupiguarani.

A presença de indivíduos relacionados a estes grupos foi percebida durante a análise técnico-tipológica, quando foi efetuado o cruzamento do tipo de antiplástico empregado na composição da pasta com a decoração aplicada à parede da vasilha. Indicador tecnológico comumente relacionado aos grupos portadores da cerâmica Tupiguarani pré-contato (La Salvia & Brochado 1989), o uso de caco moído como antiplástico sintomaticamente aparece em maiores proporções nas peças corrugadas, escovadas e roletadas, decorações também associadas a esses grupos¹⁶ (Morales 2000).

Consideramos que o antiplástico caco moído proporciona uma maior confiabilidade como fonte de informação porque é um dos poucos tipos de antiplástico cujo emprego intencional pode ser confirmado, possibilitando uma identificação cultural mais segura. Acreditamos que a presença de caco moído na indústria cerâmica do sítio Russo sugere que, em uma situação de mudança e transformação cultural intensa, é mais fácil sobreviverem técnicas eficientes na forma de se manufaturar a cerâmica do que os atributos relacionados à sua decoração ou morfologia, geralmente associados a contextos culturais e ideológicos muito mais específicos.

O caco moído, por ser um componente de baixa visibilidade e difícil percepção na composição da pasta, neste caso, parece estar mais dissociado de aspectos simbólicos do

que outros atributos. Comparado às características de visibilidade presentes na forma ou decoração, o antiplástico caco moído é “invisível” e, enquanto tal, não é um bom vetor de significados. A necessidade de externalização de padrões tradicionais ou de suas mudanças encontra-se relacionada a atributos mais visíveis como forma e decoração. Conseqüentemente, entendemos sua presença como parte de um sistema tecnológico tradicional, herdado e utilizado em função de um processo de observação/imitação/repetição (Parga 1988) e que, por isso, remete aos grupos portadores de cerâmica Tupiguarani, ou seja, indivíduos provenientes de grupos falantes de línguas do tronco Tupi-Guarani.

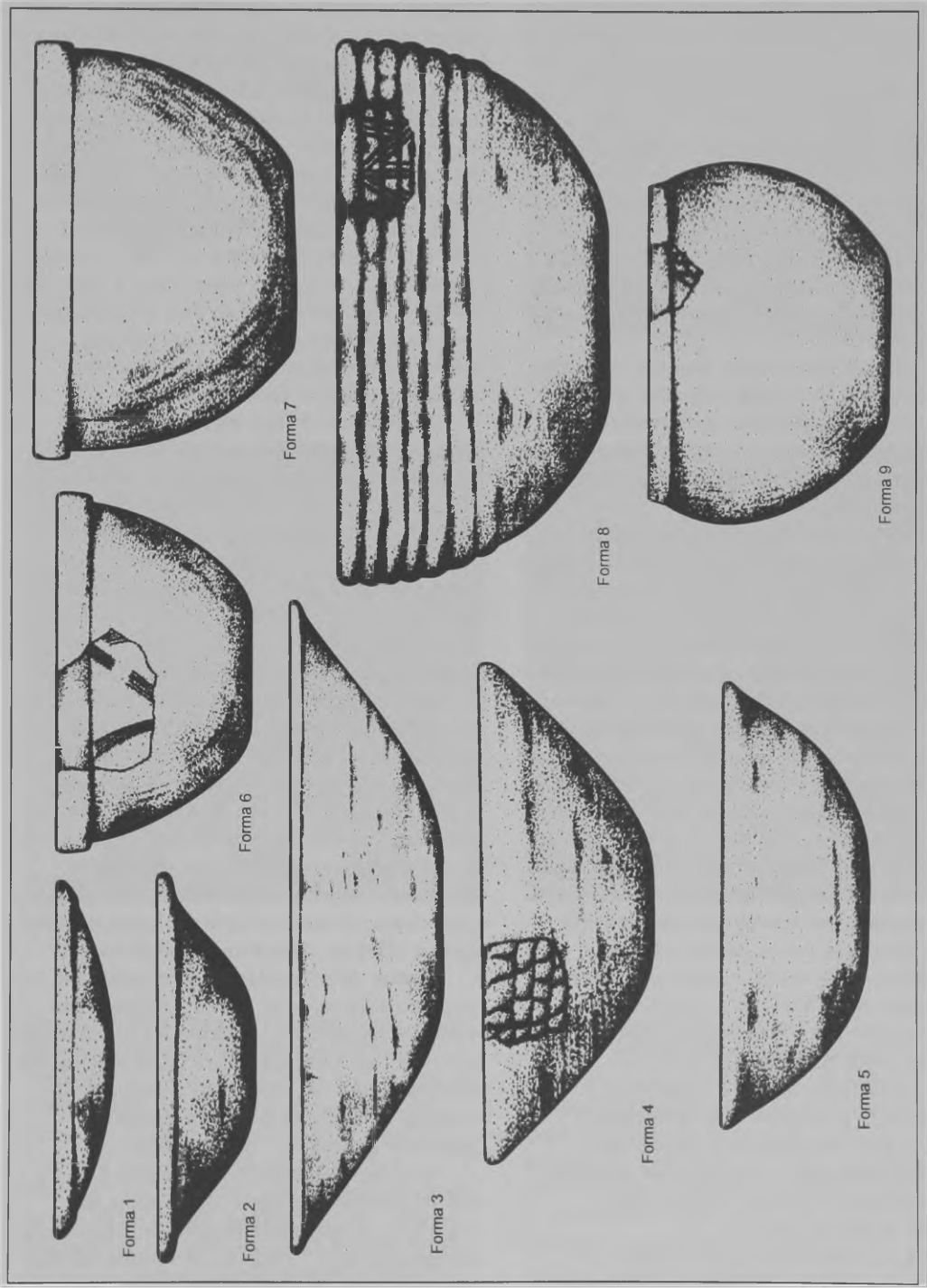
O cruzamento entre esse tempero e os tipos de decoração existentes nas paredes das vasilhas demonstram que, entre as peças escovadas, corrugadas e roletadas, os índices de frequência de antiplástico caco moído são superiores às demais categorias: 35,4%, 41,2%, e 44,8%, respectivamente. Quando contabilizamos todas as peças da indústria, independentemente da decoração, que têm esse elemento agregado à sua composição, percebemos que sua presença se dá em 24,8% dos casos.

A presença de elementos relacionados aos grupos portadores de cerâmica Tupiguarani foi ainda evidenciada pela correlação entre o antiplástico caco moído, decoração corrugada e forma das vasilhas (Prancha 1). Dentre as seis reconstituições com Forma 4, três possuem decoração corrugada associada a antiplástico caco moído. Entre as outras três, uma está decorada com o motivo corrugado e duas com engobo vermelho aplicado interna e externamente. Apesar de esta forma ser bastante comum, não permitindo uma correspondência cultural mais direta, ela também pode ser encontrada entre os ceramistas Tupiguarani e sua associação à decoração corrugada e antiplástico caco moído permite-nos atribuir-lhe tal identificação.

Quanto aos demais padrões decorativos, entre as peças engobadas, a frequência do antiplástico caco moído é um pouco menor, com 25,5% do total. Naquelas sem decoração este antiplástico aparece em 20,4% das vezes, nas incisadas em 20,3% e nas unguladas, 16,7%.

(16) As análises e descrições tecnotipológicas, morfológicas e decorativas completas da indústria do sítio Russo podem ser encontradas no capítulo IV, “As evidências materiais”, pp. 48-105.

MORALES, W.F. A cerâmica “neo-brasileira” nas terras paulistas: um estudo sobre as possibilidades de identificação cultural através dos vestígios materiais na vila de Jundiá do século XVIII. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 11: 165-187, 2001.



Prancha 1 – Formas das vasilhas (sem escala) encontradas no sítio Russo.

Estas frequências mais modestas e sem associação direta a elementos característicos da tecnologia, morfologia e/ou decoração de algum dos três segmentos sociais presentes neste período e espaço não nos permite relacioná-los.

O resultado das análises do material cerâmico deste sítio corroboram as informações provenientes das fontes manuscritas analisadas (o “Livro de Óbitos” e de “Casamentos”) – onde parte da população cativa é de origem indígena e genericamente conhecida como “carijó”, termo que costumava englobar uma série de grupos de origem Tupi-Guarani do sul do Brasil.

A situação de contato demonstrada pelas fontes escritas do período colonial apontam ainda para a possibilidade de identificação de atributos relacionados à influência de outras origens na produção cerâmica deste período, como a africana e a européia.

A comparação da cerâmica produzida no Brasil com aquela encontrada na África esbarra em um problema básico: o pequeno número de trabalhos desenvolvidos naquele continente voltado para a produção material deste período. Existem grandes lacunas geográficas, principalmente nas porções centrais da África (Maret 1990) – local de origem dos grupos Bantu que vieram para o Brasil –, e temporais, já que sítios ocupados durante os séculos XVII e XVIII quase não foram estudados naquele continente. Além disso, comparar formas, tecnologias e tipos de decoração das cerâmicas encontradas no Brasil com as da África pode ser bastante subjetivo e generalizante. No entanto, se comparações forem efetuadas com o devido cuidado, contextualizando tempo e espaço, podemos ter uma fonte de informação importante para compreender as transformações culturais sofridas pelos habitantes da colônia e pelos que para cá foram trazidos. Além disso a Arqueologia pode contribuir de maneira decisiva para descobrir-se a origem dos africanos capturados, tema que os documentos históricos do período não permitem abordar de forma plena.

Dias Jr. (1988) foi um dos primeiros a sugerir a possibilidade de muitas das peças com incisões e ponteados, frequentemente encontradas em sítios históricos, serem

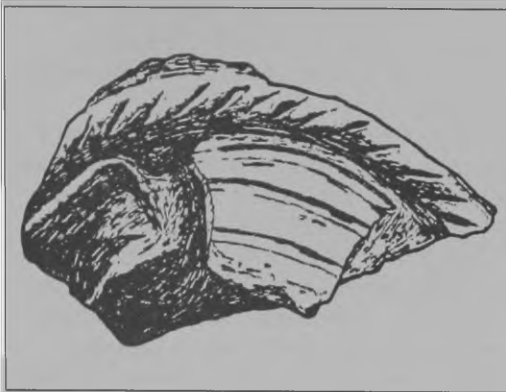
produto de africanos escravizados. Trabalhos arqueológicos desenvolvidos no continente africano indicam a utilização do ponteados e de traços incisivos como uma constante na decoração da cerâmica desde o início da Idade do Ferro. Algumas das “tradições arqueológicas” africanas que apresentam a decoração ponteados e incisa podem ser encontradas na síntese de Fagan (1970) sobre a ocupação da África Austral, no Quênia (Chittick 1984), em Mason (1969) para a região do Transvaal, Nenquin (1971) no Congo, Rwanda e Burundi, e Davies (1961, 1967), na porção oeste (junto à costa da Guiné), e na África Central, para áreas ocupadas pelos falantes do Bantu em Huffman (1970), regiões próximas àquelas de onde vieram os escravos para o Brasil.

O confronto da decoração cerâmica encontrada no sítio Russo com algumas das localizadas na bibliografia sobre a África possibilitou constatar, mesmo que sumariamente e com um caráter exploratório, alguma semelhança com o material encontrado em Gana, na região do Baixo Volta (Davies 1961). O desenho retirado de Davies (1961:41) e a Foto 1, de um fragmento de asa encontrado no sítio Russo, revelam a mesma aplicação de incisões cortando transversalmente a asa da peça.

Além do exemplo citado, temos outro, ainda mais interessante, onde a semelhança entre os materiais é ainda maior. A peça da Foto 2, também coletada no sítio Russo, apresenta um desenho geométrico em forma de losango com duas incisões em seu interior. Fragmento semelhante foi retirado das escavações desenvolvidas na região da costa do atual Quênia (Chittick 1984: Painel 41a) (Foto 3).

Apesar da dificuldade em correlacionar os atributos existentes na África e aqueles que aparecem na cerâmica do século XVIII em terras paulistas, sua realização serve como medida das transformações em andamento e para corrigir algumas informações de ampla utilização referentes à cerâmica “neo-brasileira”.

É o caso dos apêndices aplicados à lateral dos recipientes para servir como apoio das mãos que, normalmente associados à influência européia (Chmyz 1976), são na verdade também de uso comum na África desde muito tempo atrás. Portanto, estes apêndices podem representar influência tanto de origem européia



Davies (1961:41).



Foto 1.



Foto 2.

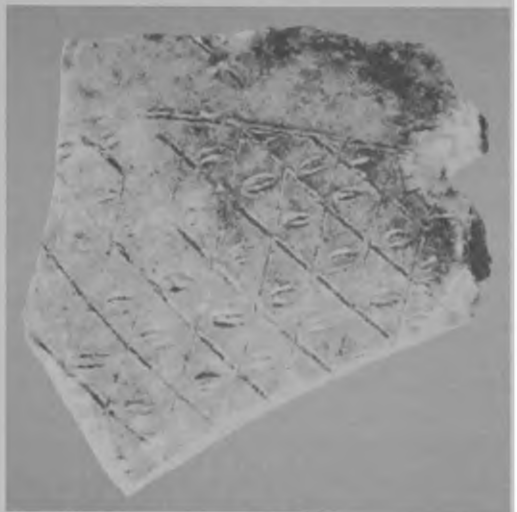


Foto 3.

(Brochado 1974) quanto africana. Outra associação bastante usual que deve ser evitada é relacionar a confecção de potes pela técnica de roletes como um indicador da procedência/influência indígena. A produção de vasilhas com essa mesma técnica ou associada à modelagem é, ainda nos dias de hoje, encontrada em várias regiões da África, como entre os Maconde de Moçambique (Dias & Dias 1964) e os Luo, do Quênia (Dietler e Herbich 1989).

Procuramos também durante a pesquisa fazer comparações entre o material analisado e o de outras indústrias. Contudo, dentre os

trabalhos publicados em que se buscava perceber influências africanas e/ou indígenas na cerâmica do período colonial, apenas poucos preocupavam-se em contextualizar a cerâmica coletada através da mediação dos parâmetros temporais, culturais e demográficos que as fontes históricas podiam proporcionar, e, ao mesmo tempo, poucos apresentavam análises e descrições tecnotipológicas sistemáticas que servissem para caracterizar e comparar essas indústrias. Entre esses trabalhos citam-se os desenvolvidos nas missões (Kern 1994) e no posto da guarda de Viamão

(Jacobus 1996a), sendo que apenas o último se assemelha a este em contexto (presença dos segmentos indígenas, africanos e europeus) e cronologia (século XVIII).

Em sua dissertação de mestrado, André Jacobus (1996a) examina a cerâmica “neo-brasileira” encontrada no Registro de Viamão, um posto de guarda do sul do Brasil, e apresenta algumas peças de acervo sem identificação existentes no MARSUL. Segundo o autor, este acervo faz parte do material da região de Torres, onde haveria posto de guarda – o Registro de Torres. Sua decoração cerâmica oferece algumas semelhanças significativas com peças decoradas presentes no sítio Russo. Os fragmentos mais parecidos podem ser vistos nas páginas 53 (Figura 3(g) e (j)) e 54 (Figura 4 (d)) de um artigo de Jacobus (1996b) sobre sua dissertação e foram aqui reproduzidos nos Quadros 1 e 2 e comparados com a Foto 4 desse trabalho. Podemos perceber que a aplicação de incisões lineares formando arranjos triangulares sobre os roletes e o uso de uma espátula alisando-os transversalmente são praticamente idênticos.

Diante a uma semelhança tão grande entre esses fragmentos, permite-se supor que seria difícil, e também uma grande coincidência, que um indivíduo viesse a elaborar uma vasilha com decoração nova, original, de estilo mais complexo, exatamente igual a uma produzida por outra pessoa a centenas de quilômetros dali. Como a distância entre estas regiões é considerável, fica complicado imaginar a vinda de vasilhas rústicas de barro por comércio. O mais provável é que esses recipientes tenham sido produzidos nos respectivos locais e com dispersão limitada. Isso leva à conclusão que os recipientes foram elaborados por oleiros distintos, sem qualquer tipo de interação sociocultural que pudesse ter criado uma articulação, ou uma identificação comum, expressa em uma cerâmica com elementos decorativos iguais. Como seria improvável a criação de duas decorações originais e idênticas, é possível supor que ambos os ceramistas tenham repetido padrões já conhecidos e/ou observados dentro do seu escopo cultural. Como estes padrões decorativos não têm correspondência, até o presente momento e dentro do nosso conhecimento, com os

padrões decorativos comumente presentes entre os grupos pré-coloniais, é plausível imaginar que sua origem remeta a influências africanas.

Todas essas informações obtidas com a pesquisa bibliográfica e as comparações entre coleções são testemunhos das influências tecnológicas e estilísticas de diferentes matizes na cerâmica “neo-brasileira”, apontando a diversidade dos contextos culturais nela presentes e confirmando, através da cultura material, principalmente como a sociedade paulista contou com a forte presença indígena e de seus descendentes, até pelo menos o final do século XVIII. Todavia, esse fato não é admitido historicamente de forma fácil. Pelo contrário, ele é escamoteado por motivos ideológicos e sociais (Hodder 1986; Shanks & Tilley 1987a, 1987b; Leone & Potter Jr. 1988; Paynter & McGuire 1991) interessados em negar a participação e influência indígena na formação da sociedade brasileira como um todo. No caso dos paulistas do período colonial, além das fontes documentais, o tempo preservou vários outros testemunhos dessa ativa participação – são restos de pratos, vasilhas cerâmicas e cachimbos utilizados cotidianamente nas residências –, que servem como elo para entender as relações interétnicas e as transformações pelas quais passaram as diferentes etnias indígenas em contato com seus senhores e os escravos africanos.

A cerâmica como fonte de informação: possibilidades de identificação cultural através dos vestígios materiais

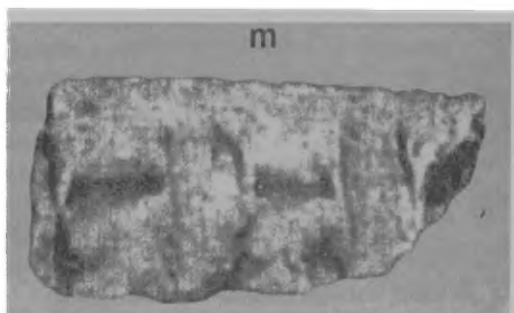
Como foi brevemente esboçado acima, uma das características do processo de formação sociocultural paulista e brasileiro é a complexa rede de contextos, situações históricas e interações entre grupos étnicos diferenciados, que as fontes documentais e os registros históricos disponíveis conseguem delinear. A aplicação de uma perspectiva arqueológica procura aumentar o alcance da análise desse processo ao revelar articulações e influências, continuidades e mudanças, presentes nos restos de cultura material da sociedade colonial.



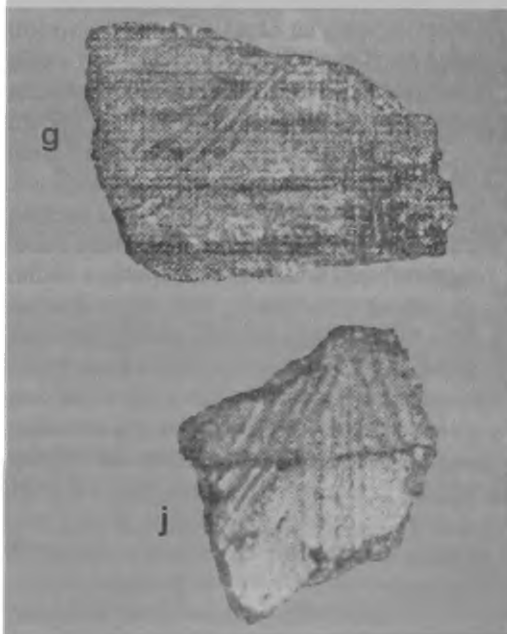
Foto 4.

Mas, como já foi dito, não é tarefa fácil para a Arqueologia relacionar a cerâmica produzida ao grupo étnico que a confeccionou, pois não existe um paralelismo direto e imediato entre etnicidade e vestígios materiais (Trigger 1978, Atherton 1983, Hodder 1982). Esta dificuldade está ligada ao próprio significado do termo e aos constantes rearranjos pelos quais os grupos étnicos passam ao longo do tempo (Shennan 1994). Durante esse processo, onde está em jogo a identidade étnica do indivíduo ou do grupo de que faz parte, uma série de elementos exteriores podem ser formulados para manter, negar ou recriar uma nova identidade (Thomas 1996). Tais elementos podem ser uma determinada atitude dos agentes, a vestimenta, o idioma, a religião e/ou a cultura material. Ou, como afirmou Manuela Carneiro da Cunha (1986:103), os símbolos escolhidos para marcar a diferença são aleatórios e, embora imprevisíveis, não são arbitrários.

O que importa é criar uma série de características que marque a diferença ou propicie uma “interação tridimensional” (Carmagnani 1993), através da qual essas diferenças possam ser percebidas dentro do grupo, entre grupos de mesma origem étnica e, por fim, entre grupos de origens étnicas distintas. Portanto, o problema está na constante busca por relacionar grupos étnicos específicos a determinadas “culturas arqueológicas” (Childe 1956), já que a identidade étnica não é uma coisa constante, imutável, e sim, algo que se desenvolve em sociedades concretas e dentro de contextos históricos específicos (Jones 1997, Eriksen 1991).



Quadro 1.



Quadro 2.

Se relacionar a cerâmica arqueológica a um grupo étnico (Barth 1969) é um procedimento discutível e até temerário – porque o estudo deste tipo de material depara com sua difícil articulação aos aspectos imateriais da cultura (Dietler & Herbich 1994) –, não se trata de procurar definir traços étnicos. Procuramos, sim, identificar as diferenças e semelhanças existentes no interior dos segmentos indígenas, africanos e europeus, relacionando-os através de tecnologias, morfologias e estilos presentes em grupos conhecidos etnográfica e/ou arqueologicamente.

É difícil procurar fazer identificações culturais através da cerâmica quando existem vários trabalhos arqueológicos indicando que ela pode ter um perfil de transformação bastante conservador, mesmo diante de transformações culturais intensas e, conseqüentemente, não ser um bom instrumento para medir alterações na estrutura da sociedade (Howson 1990). Dentre os trabalhos que apontam esse caráter, podemos citar Van Der Merwe e Scully (1971-1972) para a África, e dentro da América espanhola Tschopik (1950), no Peru, e Charlton (1976) no México.

Por outro lado, também há pesquisas que apontam na direção oposta a essa perspectiva de a cerâmica ter um papel mais estático e conservador (Mintz & Price 1976). Hill (1987), estudando antigas fazendas escravistas na América do Norte, propõe, a partir da cerâmica encontrada, que os escravos de origem africana não estavam interessados em ficar presos à utilização ou manutenção dos padrões tradicionais de confeccionar cerâmica e sim, buscavam criar novas formas e estilos em resposta à situação de opressão a que estavam submetidos. Processo semelhante foi sugerido aqui no Brasil por Allen (1998) e Funari (1996) que, pesquisando o Quilombo dos Palmares, propõem que ali existiria:

“... uma sociedade plural cuja característica principal era a criação de novas formas estéticas, não a simples reprodução dos pretéritos usos africanos, indígenas ou europeus pré-coloniais.” (Funari 1996:143).

Essa falta de consenso sobre como, quanto e porque o mesmo tipo de vestígio material se altera diante de novos contextos culturais e/ou históricos é indicativo da

grande quantidade de caminhos e opções passíveis de serem trilhadas. Fica claro, portanto, que não é possível determinar o quanto as alterações sociais irão refletir em transformações na cerâmica. Afinal, é inerente ao conceito de cultura a adaptação e a transformação em decorrência das novas situações (Lévi-Strauss 1958).

No caso da cerâmica produzida a partir da conquista portuguesa nas terras brasileiras, essa ampla diversidade tecnotipológica e, conseqüentemente, de significados, está diretamente relacionada às variações do contexto histórico regional e, inclusive, microregional que cada situação propiciou. Designada genericamente pelos arqueólogos de “neo-brasileira” esta cerâmica de elaboração local/regional e também conhecida como “cabocla”, reflete influências dos segmentos sociais que formaram a base da sociedade colonial.

Apesar do potencial que este material representa, quase não existem estudos preocupados em caracterizá-lo sistematicamente. Os trabalhos de arqueologia histórica desenvolvidos no Brasil costumam priorizar a análise de louças e vidros, evidências mais facilmente identificáveis quanto à origem e época de fabricação e relacionadas às classes mais abastadas. Na maior parte das vezes, a cerâmica tem seu valor subaproveitado, pois é analisada de maneira superficial, sendo geralmente tratada como se possuísse características homogêneas e uniformes por todo território brasileiro. Buscando caracterizar e reconhecer elementos comuns, as análises acabam por ignorar os diferentes contextos socioculturais, históricos e temporais daqueles que a elaboraram.

Classificar um fragmento cerâmico de “neo-brasileiro”, da forma como vem sendo feito até o presente momento, tem o mesmo sentido, valor e alcance que denominar de “indígena” uma cerâmica pré-colonial. Claro exemplo do tipo de generalização empregada pode ser visto em um texto de Dias Jr. (1988:4) intitulado “A cerâmica neo-brasileira”. O autor busca em seu trabalho elementos gerais que:

“(...) podem ser reconhecidos nas diferentes Fases até agora descritas nos diversos pontos do país onde foram localizadas”.

Essa perspectiva acaba mais por confundir do que explicar, porque além de considerar a

cerâmica “neo-brasileira” uma “tradição arqueológica”, que segundo Chmys (1976:145), representa “um grupo de elementos ou técnicas, com persistência temporal”, compacta características tecnológicas, estilísticas e morfológicas, misturando tempo, espaço e contextos culturais distintos.

A análise que propomos para esta cerâmica deve partir de detalhadas descrições morfológicas, tecnopológicas e estilísticas que possibilitem a percepção tanto das semelhanças quanto das diferenças. Grandes generalizações diluem sua complexidade, enquanto as diferenças nos permitem relacioná-las a períodos, áreas e contextos culturais específicos. Ou seja, além das particularidades sociais e econômicas de ocupação de cada região, deve-se levar em conta o processo de formação, composição e articulação dos pequenos povoados e até mesmo de cada fazenda, já que nelas ocorreram os desdobramentos sociais que o trabalho arqueológico busca detalhar.

Em áreas ou períodos em que as atividades econômicas ofereciam a possibilidade de uma concentração maior de cativos por propriedade, como a Bahia do século XVII (Schwartz 1995), as Minas Gerais no XVIII (Souza 1999) e São Paulo durante o século XIX (Marcílio 1974), por exemplo, o encontro entre grupos de mesma origem étnica ou cultural poderia propiciar articulações sociais mais intensas, com reflexos em uma cultura material mais homogênea. Contudo, não é este o caso de São Paulo até o final do século XVIII. Na maior parte das vezes, os plantéis eram pouco expressivos – no máximo 20 cativos para cada proprietário. Essa baixa densidade por unidade de produção e os limites impostos para a circulação da escravaria restringia, em variadas medidas, a comunicação entre os cativos (Mattoso 1990). As trocas simbólicas e as redes de solidariedade e sociabilidade estavam, então, limitadas ao local de residência e seu entorno imediato.

A cerâmica no contexto colonial paulista: a formulação de uma hipótese

O papel econômico secundário ocupado pela província de São Paulo durante o período

colonial teve conseqüências sobre sua produção material. A maioria da população estava inserida em um estado de grande pobreza que pode ser percebido pela leitura dos testamentos e inventários da época. Estas fontes revelam que os bens herdados muitas vezes não passavam, além das terras e dos cativos, de alguns instrumentos de trabalho de ferro, móveis e até roupas usadas. Esta situação proporcionou, durante longo tempo, papel de destaque para os recipientes rústicos de barro queimado, potes, pratos e vasilhas utilizados cotidianamente para o preparo, cozimento, consumo e armazenagem de alimentos e líquidos.

A grande heterogeneidade de técnicas, formas e estilos encontrados na cerâmica produzida durante os séculos XVII e XVIII, como é exemplo a indústria do sítio Russo, indica que a produção e o uso dessas peças eram locais, geralmente restritos aos limites das propriedades rurais, com algumas pessoas confeccionando os objetos tanto para si quanto para seus senhores (Chmyz 1976).

Como cada unidade doméstica produzia as peças de acordo com a necessidade, as variações poderiam ocorrer em decorrência da grande quantidade de produtores relacionados a contextos culturais bastante diversos; do isolamento da produção, não implicando na troca ou homogeneização de padrões tecnológicos, morfológicos e estilísticos; e da incorporação de novos padrões, principalmente morfológicos e estilísticos, da louça européia e da cerâmica africana.

O resultado final dessa confluência de padrões cerâmicos provenientes de diversos locais convivendo em uma mesma comunidade reflete a situação de contato e transformação cultural a que estas pessoas e/ou grupos estavam sujeitos. Em outras palavras, cada oleiro confeccionava vasos conforme novos padrões, muitos dos quais diferentes daqueles utilizados em sua terra de origem (seja ela o “sertão” ou a África) e que seguia padrões culturais tradicionais. Este quadro propiciou uma grande expansão nas formas, desenhos e elementos agregados às peças, como as alças, asas e pedestais, elementos que as populações indígenas pouco ou nada utilizavam.

Com o transcorrer das décadas, o período de pobreza de uma economia voltada básica-

mente para subsistência que afligiu as terras paulistas até os últimos anos do século XVIII começa a ser superado (Machado 1930, Queiroz 1967). A província inicia uma fase de crescimento populacional e desenvolvimento econômico. As vilas tornam-se mais numerosas e algumas passam a cidades. A economia volta-se para as unidades de produção de cana-de-açúcar em larga escala (Petroni 1968). Aumenta a demanda nos aglomerados urbanos e cria-se a necessidade crescente por cerâmica utilitária nas vilas e cidades. Surgem pequenos núcleos de produção e venda desse produto.

Relatos de cronistas e viajantes evidenciam a existência de intensa produção de recipientes cerâmicos por uma população indígena, ou mestiça, que vivia nos arredores de São Paulo no início do século XIX. Vendida a preços baixos, esta cerâmica estava direcionada para a população de menor poder aquisitivo:

“Ao registrar em 1800 o sucesso favorável das feiras que instituiu no campo da Luz, as célebres feiras de Pilatos, escrevia o governador (...): ‘os mesmos índios, que são os que fazem a louça ordinária, repetiram três e quatro vezes as suas conduções. É mínimo o valor de taes productos na época de que nos ocupamos. Delles se utiliza a arraiá meuda, quando não dá preferencia ás gamelas e copos de madeira” (Machado 1930:62).

John Mawe (1978:64) relatou em 1807 que, na vizinhança da cidade de São Paulo, eram produzidas

“(…) louças para cozinha, grandes jarros para água e uma variedade de outros utensílios, ornamentados com algum gosto”.

Gustavo Beyer (1908: 288) em 1813, escreveu:

“Nos arrabaldes (de São Paulo) moram muitos criolos índios que fabricam potes de barro de grande consumo, porque é uso geral preparar nelles a comida e carregar água. Muitos outros objectos são fabricados de barro e não sem gosto.”

É bem provável que os relatos transcritos estejam se referindo à população residente em alguns dos aldeamentos indígenas que ainda teimavam em sobreviver no começo do século XIX perto de São Paulo. Outras fontes documentais indicam que as poucas atividades econômicas desenvolvidas nestes decadentes locais se restringiam ao plantio para a subsistência e a

“fazer loiça de cujos productos se sustentão”,¹⁷ ou, como Saint-Hilaire (1976: 160) anotou:

“Em 1823, consumou-se a ruína total dos indígenas de Pinheiros, a qual provavelmente já tinha começado havia muito tempo, e os intrusos ocuparam todas as terras que tinham pertencido a esses infelizes. Os homens ganhavam a vida fazendo jornadas de trabalho e as mulheres fabricavam vasilhames de barro”.

É fato que alguns dos termos do tipo “criolos índios” pouco ajudam para identificar, esses artesãos do barro e, como já havia diagnosticado Pasquale Petroni (1995: 289-293), existe uma grande dificuldade em traçar a origem étnica dos índios aldeados devido à pouca documentação. Contudo, apesar de grandes variações em sua composição, eram os grupos Tupi os mais numerosos e os que deixaram os traços culturais mais presentes. Além disso, sempre segundo esse autor, um dos motivos para essa variedade étnica estava relacionado ao interesse das autoridades em transformar os aldeamentos em vilas e bairros rurais, enviando índios e “pessoas vadias” para aumentar seu contingente demográfico. Como resultado deste quadro que se iniciou de maneira mais forte no final do século XVIII e início do XIX:

“As populações aldeadas passaram a compor-se, sempre em proporções maiores, por mestiços de todos os tipos. Num processo cujas fases não são simples de definir, os contingentes ameríndios foram se tornando gradativamente mais mamelucos, foram caboclicando-se, até adquirirem as características mais típicas de uma população caipira que, ainda na atualidade, marca com sua presença alguns ângulos dos arredores de São Paulo (...)” (Petroni 1995: 135).

Com isso, começa a surgir uma diferenciação entre a cerâmica comprada dos aldeamentos e aquela produzida nas propriedades rurais. Como a produção dos aldeamentos teve de adaptar-se a uma demanda maior e aos gostos e necessidades da clientela, suas formas, decorações e apêndices passam a ser cada vez mais padronizados, acabando por se distanciar dos elementos mais diagnósticos de origem indígena. A padronização de formas e decoração

(17) Boletim – Aldeamentos de índios (1721-1804), vol. 8, pp. 156, 1948.

facilitou sua confecção, distribuição e uso nos entornos de São Paulo, principalmente nas áreas urbanas. Valorizadas como mercadorias, estas vasilhas produzidas para a venda entravam em circulação. Entretanto, deve-se ressaltar a possibilidade de existir, dentro dos aldeamentos, a produção de cerâmicas diferenciadas destinadas à utilização exclusiva dos residentes do aldeamento. A existência de variações na cerâmica em função de sua utilização é um comportamento bastante comum constatado entre vários grupos indígenas e não deve ser descartada nesta situação (Graburn 1979).

Já a produção cerâmica nas propriedades rurais permanece mais individualizada e sujeita a variações idiossincráticas. Produzida para uso doméstico, apresentaria maior adaptação a necessidades específicas de uso/consumo. Identificada com sua cultura de origem ou relacionada a novas articulações, a cerâmica doméstica continua apresentando uma maior diversidade morfológica, estilística e tecnológica.

Concluindo, as informações obtidas através do conjunto de dados históricos e arqueológicos nos proporcionaram formular a hipótese sobre o que acreditamos ser as duas macrodivisões da cerâmica no século XVIII encontrada nas áreas de entorno de São Paulo: aquela confeccionada nos aldeamentos e a das propriedades rurais. No entanto, é necessário testar essa hipótese pesquisando os locais que no passado foram aldeamentos, buscando encontrar semelhanças entre a cerâmica coletada em seu interior com aquelas coletadas nas propriedades rurais, e principalmente nas áreas urbanas da São Paulo antiga.

Considerações finais

A articulação do conjunto de dados históricos e arqueológicos sintetizados neste artigo, e que foram apresentados de forma plena na dissertação de mestrado “A escravidão esquecida: a administração indígena em Jundiá durante o século XVIII”, permite afirmar com segurança a existência de uma população indígena utilizada como mão-de-obra escrava na vila de Jundiá até pelo menos meados do século XVIII.

Para atingir estes resultados foram utilizadas transcrições de documentos (“Repertório

de Sesmarias” e os “Documentos Interessantes”) para servir de base para a definição das áreas a serem amostradas e percorridas por prospecções arqueológicas preocupadas em localizar antigos assentamentos da época em questão – as sesmarias – e fontes manuscritas inéditas para auxiliar na compreensão da demografia da população cativa da região. Essas fontes manuscritas – o “Livro de Óbitos” e o de “Casamentos de escravos” – revelaram informações inéditas sobre a composição étnica dos plantéis cativos em Jundiá, seus casamentos interraciais e, principalmente, as transformações que os indígenas sofreram desde sua captura nos sertões para utilização como mão-de-obra escrava, até seu paulatino processo de incorporação à sociedade colonial como pessoas livres ou alforriadas.

A análise conjunta dos dados de origem arqueológica e documental possibilitou articulação importante: através das fontes documentais foi possível buscar as origens étnicas e socioculturais dos agentes envolvidos e, a partir do contexto arqueológico, entender sua relação com o material cerâmico produzido, definindo como, e em que proporção, cultura material e identidade cultural, atuaram naquele local. A análise dos vestígios materiais retirados de um dos sítios escolhidos para ser escavado sistematicamente, o sítio Russo (datado em 300 A.P. ou seja, no ano 1700), revelou as grandes variações tecnológicas, morfológicas e estilísticas existentes na indústria cerâmica, reflexo da diversidade étnica e sociocultural do período e das diferenciações que a produção cerâmica local e isolada propiciava.

Essa diversidade apontada pelas fontes escritas é também confirmada pelos muitos atributos caracterizadores da cerâmica encontrada neste assentamento e que estão atrelados a uma identidade cultural vinculada aos grupos portadores de cerâmica conhecida arqueologicamente como Tupiguarani. Além disso, existem evidências de que vários dos motivos decorativos deste sítio estão relacionados aos segmentos trazidos da África, já que remetem a padrões utilizados naquele continente, ou porque aparecem em sítios arqueológicos do sul do Brasil em época que coincide com a chegada de escravos africanos

à região, e sem apresentar semelhança com a cerâmica pré-colonial brasileira.

Tamanha variedade tecnológica, morfológica e estilística, todavia, não é explicada apenas pela diversidade étnica existente no período, mas também por um modo de produção cerâmica local, basicamente doméstica e utilitária, restrita às propriedades rurais da época. Nestes locais haveria: grande quantidade de produtores relacionados a contextos culturais bastante diversos; um isolamento de cada local de produção, que não implica em maiores trocas ou em uma homogeneização de padrões tecnológicos, morfológicos e estilísticos e, por último, a incorporação de padrões novos, principalmente morfológicos e estilísticos, da louça européia e da cerâmica africana.

Este modo de produção, que estaria representado pelo sítio Russo, explicaria a grande diversidade da cerâmica encontrada nos sítios históricos do período colonial. Em contrapartida, teríamos uma produção para venda atestada pelos documentos e relatos da época que indicam que componentes dos aldeamentos indígenas estariam direcionando parte do seu tempo e recursos na produção de cerâmica destinada à venda nos entornos de São Paulo. Mas essa produção destinada à venda não significaria a substituição da produção oleira individual pela comercial: ambas coexistiriam e podem ser encontradas dentro do mesmo sítio arqueológico.

Assim, as informações obtidas principalmente através do conjunto de dados arqueológicos acabaram por resultar em uma reflexão que aponta para a possibilidade de existirem duas grandes divisões na maneira de produzir cerâmica na província de São Paulo durante as últimas décadas do século XVIII e início do XIX. Mas essa reflexão sobre a possível divisão entre uma produção cerâmica local e a comercial não pode ser aplicada indistintamente a qualquer ponto do território brasileiro. Contextos culturais e históricos diversos acabam por produzir um material cerâmico diferenciado decorrente de interações étnicas ou modos de produção distintos. Diante dessa grande diversidade, devemos deixar de

lado as generalizações usualmente empregadas na arqueologia brasileira, preocupadas em buscar elementos comuns na cerâmica “neo-brasileira”, e partir para uma descrição sistemática e exaustiva desse material. É necessário um grau de detalhe que permita ter o domínio completo de cada sítio em particular e, sempre que possível, procurar obter informações que possibilitem um diálogo entre vestígios materiais e as fontes textuais.

Essa articulação é importante para poder buscar, através das fontes documentais, as origens étnicas e socioculturais dos agentes envolvidos e, a partir do contexto arqueológico, entender sua relação com o material cerâmico produzido, definindo como, e em que proporção, cultura material e identidade cultural, estão atuando juntas. Com a ampliação das escavações e a sobreposição dos trabalhos em áreas contínuas, será possível montar um contexto mais amplo, onde elementos comuns possam ser percebidos na cerâmica para, aí sim, começar a falar de características regionais – algumas das quais perduram até os dias de hoje.

Por fim, as informações fornecidas pelo conjunto de dados históricos e arqueológicos nos permitiram ir além da simples comprovação da presença indígena na “Villa de Nossa Senhora do Desterro de Jundiáhy”. Elas nos possibilitaram reunir elementos sobre aspectos da inserção, transformação, influência e continuidade sociocultural indígena até as últimas décadas do século XVIII que, provavelmente, se estendem a outros núcleos coloniais paulistas mais antigos.

Agradecimentos

Uma série de pessoas contribuíram com comentários e sugestões para a construção deste artigo. Entre elas estão os Professores Paulo A. D. De Blasis, Paulo Zanettini, Pedro Paulo Abreu Funari, André Jacobus, Paulo Vicentini, Erika M. Robrahn-González e Marta Heloisa Leuba Salum, o Sr. Romoaldo Russo e Flavia Prado Moi.

MORALES, W.F. A cerâmica “neo-brasileira” nas terras paulistas: um estudo sobre as possibilidades de identificação cultural através dos vestígios materiais na vila de Jundiá do século XVIII. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 11: 165-187, 2001.

MORALES, W.F. The “neo-Brazilian” ceramics in the Paulista territories: a study on the possibilities of cultural identification on archaeological remains from eighteenth century Jundiá village. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 11: 165-187, 2001.

ABSTRACT: This article presents some of the results collected by the thesis “The forgotten slavery: the administration of indian people in Jundiá in 18th Century” Here we focus on the “neo-Brazilian” ceramics and its interpretative possibilities within the “Paulistas” territories context in the colonial period.

UNITERMS: Historical Archaeology – Colonial São Paulo – Indigenous administration – African slavery – Cultural interaction – Ethnic identity – Ceramic – “Neo-Brazilian” ceramic.

Bibliografia

Fontes Primárias

1. Documentos Manuscritos

- “Livro de Óbitos de escravos de Jundiáhy (1744-1787)”
- “Livro de Casamentos de escravos (1739-1777)”

2. Documentos Publicados

- Boletim do Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo.
- Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo.
- Repertório das Sesmarias concedidas pelos capitães Gerais da Capitania de São Paulo desde 1721 até 1821, Departamento do Arquivo do Estado, 1944.

3. Mapas, Cartas e Plantas

- Comissão Geographica e Geologica do Estado de S. Paulo, folha de Jundiáhy, escala 1:100.000, Edição preliminar, 1925.
- Força Pública do Estado de São Paulo, folha de Jundiáhy (Norte nº 46 A₁), escala 1:50.000, Serviço de Engenharia, Secção Cartográfica, 25-09-1932.
- Força Pública do Estado de São Paulo, folha de Jundiáhy (Norte nº 46 A₂), escala 1:50.000, Serviço de Engenharia, Secção Cartográfica, 20-09-1932.
- Planta de parte da linha divisória dos municípios de Jundiáhy e Itatiba. escala 1:10.000, Nivaldo F. Gandra, Director de Obras do Município de Jundiáhy, 16 de agosto de 1924.
- Planta do Encanamento Geral - Estudo para o abastecimento d'água de Jundiáhy, Escala 1:6.000, Prefeitura Municipal de Jundiáhy (classe 47-3), 15 de nov. de 1893.

Referências bibliográficas

ALLEN, S.J.

- 1998 A 'Cultural Mosaic' at Palmares? Grappling with the Historical Archaeology of a seventeenth-century Brazilian quilombo. P.P.A. Funari (Org.) *Cultura material e arqueologia histórica*. Campinas, SP, UNICAMP, IFCH: 141-178.

ARNOLD, D.E.

- 1989 *Ceramic theory and cultural process*. New York: Cambridge, Univ. Press.

ATAÍDES, J.M.

- 1998 *Sob o signo da violência: colonizadores e Kayapó do sul do Brasil central*. Goiânia: Editora UCG.

ATHERTON, J.H.

- 1983 Ethnoarchaeology in Africa. *African Archaeological Review*, 1: 75-104.

BALANDIER, G.

- 1963 *Sociologie actuelle de l'Afrique noire: dynamique sociale en Afrique Centrale*. (2ª ed.), Paris: PUF.

BALIBAR, E.; WALLERSTEIN, I.

- 1988 *Race, nation, classe, les identités ambiguës*. Paris: La Decouverte.

BARTH, F.

- 1969 *Ethnic groups and boundaries: the social organization of culture difference*. Boston: Little, Brown and Company.

MORALES, W.F. A cerâmica “neo-brasileira” nas terras paulistas: um estudo sobre as possibilidades de identificação cultural através dos vestígios materiais na vila de Jundiá do século XVIII. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 11: 165-187, 2001.

- BEAUREGARD, A.D.
 1994 Relations of production and exchange in 17th-century New England: interpretive contexts for the archaeology of culture contact. R. Layton (Ed.) *Conflict in the archaeology of living traditions*. London/ New York, Routledge: 22-29.
- BEYER, G.
 1908 Ligeiras notas de viagem do Rio de Janeiro á Capitânia de S. Paulo, no Brasil, no verão de 1813, com algumas notícias sôbre a cidade da Bahia e a ilha Tristão da Cunha entre o Cabo e o Brasil e que ha pouco foi ocupada. *Revista do Instituto Histórico e Geographico de São Paulo, XIII*, 1907, São Paulo.
- BRANDÃO, C.R.
 1986 *Identidade e etnia: construção da pessoa e resistência cultural*. São Paulo: Ed. Brasiliense.
- BROCHADO, J.P.
 1974 Contatos entre europeus e indígenas: um estudo de aculturação através das mudanças na cultura material. *Revista do IFCH/ UFRGS*, 2: 11-47.
- CARMAGNANI, M.
 1993 *El regreso de los dioses: el proceso de reconstitución de la identidad étnica en Oaxaca – siglos XVII y XVIII*. (3^a ed.). Mexico: Fondo de Cultura Económica.
- CARNEIRO, E.
 1947 *O quilombo dos Palmares*. São Paulo: Ed. Brasiliense.
- CHALHOLB, S.
 1990 *Visões da liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- CHARLTON, T.H.
 1976 Contemporary central Mexican ceramics: a view from the past. *Man*, 11: 517-525.
- CHILDE, V.G.
 1956 *Piecing together the past: the interpretation of archaeological data*. London: Routledge & Kegan Paul.
- CHITTICK, N.
 1984 *Manda. Excavations at an Island Port on the Kenya Coast*. Nairobi: The British Institute in Eastern Africa, University Press.
- CHMYZ, I.
 1976 Terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica. *Cadernos de Arqueologia*, 1 (1) Museu de Arqueologia e Artes Populares, Paranaguá: 119-148.
- COHEN, A.
 1969 *Custom and politics in urban Africa*. London: Routledge and Kegan.
- CUNHA, M.C.
 1985 *Negros estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo: Ed. Brasiliense.
 1986 *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. São Paulo, Brasiliense/EDUSP.
- CUNHA, M.C. (Org.)
 1992a Política indigenista no séc. XIX. *História dos índios no Brasil*. São Paulo, FAPESP/ SMC/Companhia das Letras: 133-154.
 1992b *Legislação indigenista no século XIX: uma compilação: 1808-1889*. Colaboração de Mara Manzoni Luz, Beatriz Perrone-Moises, São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, Comissão Pró-Índio de São Paulo.
- DAVIES, O.
 1961 *Archaeology in Ghana*. London: University College of Ghana.
 1967 *West Africa before the Europeans: archaeology & prehistory*. London: Methuen & Co LTD.
- DEANE, A.
 1985 *Ceramic theory and cultural process*. Cambridge: Cambridge Univ. Press.
- DIAS, J.; DIAS M.
 1964 *Os Macondes de Moçambique*. Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, Centro de Estudos de Antropologia Cultural: 3-13.
- DIAS Jr., O.F.
 1988 A Cerâmica neo-brasileira. *Arqueo-IAB*, Textos Avulsos, 1: 3-13.
- DIETLER, M.; HERBICH, I.
 1989 Tich Matek: the technology of Luo pottery production and the definition of ceramic style. *World Archaeology*, 21 (1), Routledge: 148-164.
 1994 Ceramics and ethnic identity: ethnoarchaeological observations on the distribution of pottery styles and the relationship between the social contexts of production and consumption. *Terre cuite et société: la céramique*. XIV rencontres internationales d'archéologie et d'histoire d'Antibes. Editions APDCA: 159-472.
- DRUMMOND, L.
 1981 Ethnicity, 'ethnicity' and culture theory. *Man*, 16 (4): 693-696.
- DURHAM, E.R.
 1977 A Dinâmica cultural na sociedade moderna. *Ensaio de opinião*, 4, Rio de Janeiro.
- ERIKSEN, T.H.
 1991 The cultural context of ethnic differences. *Man*, 26 (1): 127-144.
- FAGAN, B.M.
 1970 *África Austral*. Lisboa: Editorial Verbo.
- FARIA, S.C.
 1998 *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- FAUSTO, B.
 1999 *História do Brasil*. (6^a ed.), São Paulo: Editora da USP, Fundação para o Desenvolvimento da Educação.

MORALES, W.F. A cerâmica “neo-brasileira” nas terras paulistas: um estudo sobre as possibilidades de identificação cultural através dos vestígios materiais na vila de Jundiá do século XVIII. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 11: 165-187, 2001.

- FREYRE, G.
1995 *Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. (30ª ed.). Rio de Janeiro: Record.
- FUNARI, P.P.A.
1996 Novas perspectivas abertas pela arqueologia na Serra da Barriga. L.M. Schwarcz; L.V.S.R. Reis (Orgs.) *Negras Imagens: ensaios sobre cultura e escravidão no Brasil*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, Estação Ciência: 139-151.
- FURTADO, C.
1989 *Formação econômica do Brasil*. (23ª ed.). São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- GEERTZ, C.
1973 *A Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara.
- GRABURN, N.
1979 Introduction: arts of the fourth world. R. Graburn (Ed.) *Ethnic and tourist arts: cultural expressions from the fourth world*. Berkeley: Univ. of California Press.
- HANSEN, A. J.
1998 A servidão natural do selvagem e a guerra justa contra o bárbaro. A. Novaes (Org.) *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo, Companhia das Letras: 347-373.
- HENRY, L.
1977 *Técnicas de análise em demografia histórica*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná.
- HILL, M.
1987 Ethnicity Lost? Ethnicity Gained? Information functions of ‘African Ceramics’ in West Africa and North America. R. Auger; M.F. Glass; S. Mac Eachern; P.H. Mc Cartney (Eds.) *Ethnicity and Culture*. Calgary, Univ. Press: 135-139.
- HODDER, I.
1986 *Reading the past. Current approaches to interpretation in archaeology*. Cambridge: Cambridge Univ. Press.
- HOWSON, J.E.
1990 Social relations and material culture: a critique of the archaeology of plantation slavery. *Historical Archaeology*, 24 (4): 78-91.
- HUFFMAN, T.N.
1970 The Early Age and the spread of the Bantu”. *South African Archaeological Bulletin*, 25 (97), Johannesburg: 3-21.
- JACOBUS, A.L.
1996a *Resgate arqueológico e histórico do Registro de Viamão (Guarda Velha, Santo Antônio da Patrulha/RS)*. Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História do IFCH da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Taquara.
- 1996b Louças e cerâmicas no sul do Brasil no século XVIII: o Registro de Viamão como estudo de caso. *Rev. do CEPA*, 20 (23), Santa Cruz do Sul: 7-58.
- JONES, S.
1997 *The Archaeology of Ethnicity: constructing identities in the past and present*. London and New York: Routledge.
- KERN, A.
1994 Pesquisa arqueológicas nas missões Jesuíticas-Guarani (1884-1994). *Estudos Ibero-Americanos*, 20 (1), Porto Alegre, PUC-RS: 63-105.
- LA SALVIA, F.; BROCHADO, J.P.
1989 *Cerâmica Guarani*. (2ª ed.), Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura.
- LAW, R.
1991 *The slave coast of west Africa, 1550 -1750: the impact of the Atlantic slave trade on an African society*. Oxford: Clarendon Press.
- LEÓN, L. V.
1992 *Ser indio otra vez: la purepechización de los Tarascos serranos*. Cidade do México, Consejo Nacional para la Cultura y las Artes.
- LEONE, M.; POTTER, J.P.
1988 *The recovery of meaning: historical archaeology in eastern United States*. Washington: Smithsonian Inst. Press.
- LÉVI-STRAUSS, L.
1958 *Anthropologie structurale*. Paris: Plon.
- LINHARES, M.; SILVA, F.C.T.
1981 *História da agricultura brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo: Ed. Brasiliense.
- LOPES, N.
1988 *Bantos, Malês e identidade negra*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- MACHADO, J.A.
1930 *Vida e morte do bandeirante*. (2ª ed.), São Paulo: Revista dos Tribunaes.
- MARCÍLIO, M.L.
1974 *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista - 1700/1836*. Tese apresentada ao concurso para Livre Docência em História Contemporânea, FFLCH/USP, São Paulo.
- 1977 *Demografia histórica*. São Paulo: Pioneira.
- MARET, P.
1990 Phases and facies in the archaeology of central Africa. P. Robertshaw (Ed.) *A history of African archaeology*. London/ Portsmouth, James Currey & Heinemann: 109-134.
- MASON, R.
1969 *Prehistory of the Transvaal: a record of human activity*. Johannesburg: Witwaersrand University Press.

MORALES, W.F. A cerâmica “neo-brasileira” nas terras paulistas: um estudo sobre as possibilidades de identificação cultural através dos vestígios materiais na vila de Jundiá do século XVIII. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 11: 165-187, 2001.

- MATTOS, H.M.
1998 *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- MATTOSO, K. M.
1990 *Ser escravo no Brasil*. (3ª ed.), São Paulo: Brasiliense.
- MAWE, J.
1978 *Viagens ao interior do Brasil*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo.
- MERWE, N.J.; SCULLY, R.T.F.
1971 The Phalaborwa story: archaeological and [1972] ethnographic investigation of a South African Iron Age group. *World Archaeology*, 3 (3): 178-196.
- MINTZ, S.; PRICE, R.
1976 *The birth of African-American culture*. Boston: Beacon Press.
- MONTEIRO, J.M.
1988 Celeiro do Brasil: a escravidão indígena e a agricultura paulista no século XVII. *História*, 7, São Paulo: 1-12.
1989 Alforrias, litígios e a desagregação da escravidão em São Paulo. *Revista de História*, 120, São Paulo: 45-57.
1992 Os Guarani e a história do Brasil meridional, século XVI e XVII. M.C. Cunha (Org.) *História dos índios no Brasil*. São Paulo, Fapesp/SMC/Companhia das Letras: 475-498.
1994 *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- MORALES, W.F.
2000 *A escravidão esquecida: a administração indígena em Jundiá durante o século XVIII*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa Interdepartamental de Pós-Graduação em Arqueologia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo.
- MOURA, C.
1981 *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*. (3ª ed.), São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas.
- NEME, M.
1969 Dados para a história dos índios Caiapó”. *Anais do Museu Paulista*, 23: 101-147.
- NENQUIN, J.
1971 The Congo, Rwanda, and Burundi. P.L. Shinnie (Ed.) *African Iron Age*. Oxford, Clarendon Press: 183-214.
- NOVAES, S.C.
1993 *Jogo de espelhos: imagens da representação de si através dos outros*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/EDUSP.
- OLIVER, R.
1966 The problem of the Bantu expansion. *Journal of African History*, 7 (3): 361-376.
- PAIVA, E.F.
1995 *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: ANNA - BLUME, (Selo universidade: 43).
- PARGA, J.S.
1988 Formas de la memoria: tradición oral y escolarización. *Pueblos indígenas y educación*, II (6), Abya-Yala, Equador: 85-114.
- PAYTER, R.; MCGUIRE, R.H.
1991 The archaeology of inequality: material culture, domination, and resistance. R. Paynter; R.H. McGuire (Eds.) *The archaeology of inequality*. Oxford, Blackwell: 1-27.
- PERRONE-MOISÉS, B.
1992 Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). M.C. Cunha (Org.) *História dos índios no Brasil*. São Paulo, Fapesp/SMC/Companhia das Letras: 115-132.
- PETRONE, M.T.S.
1968 *A lavoura canvieira em São Paulo: expansão e declínio; 1765 - 1851*. São Paulo: Difusão Européia do Livro.
- PETRONE, P.
1995 *Aldeamentos Paulistas*. São Paulo: Edusp.
- PRADO Jr., C.
1953 *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- PRICE, P.M.
1988 *Pots and potters: currents approaches in ceramics archaeology*. Los Angeles: Univ. of California Press.
- QUEIROZ, S.R.
1967 Algumas notas sobre a lavoura de açúcar em São Paulo no período colonial. *Anais do Museu Paulista/USP*, 21, São Paulo: 109-277.
- RAMOS, A.
1943 *Introdução a antropologia brasileira* (vol.1). Coleção Estudos Brasileiros, 1943.
1934 *O negro brasileiro*. São Paulo: Livraria Brasiliense.
- REIS, J.J.; SILVA, E.
1989 *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras.
- RIBEIRO, D.
1995 *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras.

MORALES, W.F. A cerâmica "neo-brasileira" nas terras paulistas: um estudo sobre as possibilidades de identificação cultural através dos vestígios materiais na vila de Jundiá do século XVIII. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 11: 165-187, 2001.

- RICE, P.M.
1988 *Pots and pottery: current approaches in ceramic archaeology*. Los Angeles: Univ. of California Press.
- ROCHA, M.H.D.
1967 Arrolamentos das fontes históricas de Jundiá. *Revista de História*, 34 (70), São Paulo: 555-567.
- RODRIGUES, R.N.
1932 *Os africanos no Brasil*. São Paulo: Editora Companhia Nacional.
- RUBERTONE, P.E.
1994 *Archaeology, Colonialism and 17th Century Native America: towards an alternative interpretations*. R. Layton (Ed.) *Conflict in the archaeology of living traditions*. London/New York, Routledge: 32-43.
- RYE, O.S.
1988 *Pottery Technology: principles and reconstructions*. (2^a ed.), Washington: Taraxacum.
- SAHLINS, M.D.
1976 *Culture and practical reason*. Chicago: Chicago Univ. Press.
- SAINT-HILAIRE, A.
1976 *Viagem a província de São Paulo*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo/EDUSP.
- SCHADEN, E.
1954 Os primitivos habitantes do território paulista. *Revista de História*, 8 (18), São Paulo: 385-406.
- SCHWARCZ, L.M.
1996 Ser peça, ser coisa: definições e especificidades da escravidão no Brasil. L.M. Schwarcz; L.V.S.R. Reis (Orgs.) *Negras Imagens: ensaios sobre cultura e escravidão no Brasil*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, Estação Ciência: 11-29.
- SCHWARTZ, S. B.
1995 *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SHANKS, M.; TILLEY, C.
1987a *Social theory and archaeology*. Cambridge: Polity Press.
1987b *Re-constructing archaeology: theory and practice*. Cambridge: Cambridge Univ. Press.
- SHENNAN, S.J.
1994 Introduction: archaeological approaches to cultural identity. S.J. Shennan (Org.) *Archaeological approaches to cultural identity*. London, Unwin & Hyman, Routledge: 1-32.
- SHEPARD, A.D.
1976 *Ceramics for the archaeologist*. Washington: Carnegie Institute of Washington.
- SINOPOLI, C.M.
1991 *Approaches to archaeological ceramics*. New York: Plenum Press.
- SLENES, R.W.
1991 Malungu, ngoma vem: África coberta e descoberta no Brasil. *Revista USP - Dossiê Quinhentos Anos de América*, 12: 48-67.
- SOUZA, L.M.
1999 *Norma e conflito: aspecto da história de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- SOUZA FILHO, C.F.M.
1994 O direito envergonhado: o direito e os índios no Brasil. L.B. Grupioni (Org.) *Índios do Brasil*. Brasília, Ministério da Educação e do Desporto: 153-168.
- THOMAS, G.
1981 *Política indigenista dos portugueses no Brasil (1500-1640)*. São Paulo: Loyola.
- THOMAS, J.
1996 *Time, culture and identity: an interpretative archaeology*. London: Routledge.
- TODOROV, T.
1988 *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Editora Martins Fontes.
- TRIGGER, B.G.
1978 *Time and tradition: essays in archaeological interpretation*. Edinburg: Edinburg University Press.
- TSCHOPIK Jr., H.
1950 An Andean ceramic tradition in historical perspective. *American Antiquity*, 15: 196-218.
- TURNER, T.
1992 Os Mebengokre Kayapó: história e mudança social. De comunidades autônomas para a coexistência interétnica. M.C. Cunha (Org.) *História dos índios no Brasil*. São Paulo, Fapesp/SMC/Companhia das Letras: 311-338.
- VERGER, P.
1987 *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos: dos séculos XVII a XIX*. São Paulo: Corrupio.
- WOLF, F.R.
1982 *Europe and the people without history*. Berkeley: Univ. of California Press.

Recebido para publicação em 10 de outubro de 2000.